

ALGUNS DESAFIOS POSTOS PELO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL*.

Sonia Pereira Laus

Resumo:

O presente trabalho tem como objetivo a discussão do processo de internacionalização no contexto da Educação Superior no Brasil, entendendo que sua melhor compreensão poderá constituir-se em instrumento fundamental para os usuários, gestores institucionais e decisores a nível nacional e institucional.

Uma descrição sucinta do papel dos distintos atores envolvidos no processo visa mostrar sua real dimensão, motivações e a maneira como está avançando no país. Sua proposta é discutir se o Brasil conseguiu internalizar os novos conceitos sobre a internacionalização no meio acadêmico ou segue com uma mera reprodução de ações isoladas da cooperação acadêmica internacional sem uma percepção holística e compreensiva do papel estratégico desta mudança.

Para que se compreenda o processo de internacionalização da educação superior no Brasil, deve-se levar em conta a diversidade do Sistema e sua hierarquização em termos de atenção das demandas sociais bem como partir do fato que sua construção tem por base as políticas, programas e estratégias utilizadas nos níveis nacional, setorial e institucional, as quais serão explicadas à medida que tratemos dos distintos atores envolvidos no mesmo.

Em termos gerais, o tema internacionalização da educação superior surge no Brasil nos anos 90 quando se explicita por parte da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal do Nível Superior) a necessidade do estabelecimento de padrões internacionais para a avaliação das atividades de pós-graduação e pesquisa desenvolvidas pelas Instituições Públicas. Em um sistema fortemente regulamentado e centralizado, o processo de internacionalização se inicia de maneira induzida e em atenção às prioridades do Estado e se concretiza com uma ação concertada entre o governo e as instituições em busca da criação de massa crítica para impulsionar o desenvolvimento nacional.

Primeiramente direcionado ao fortalecimento institucional e em um segundo e efetivo momento, dirigido ao fortalecimento da pós-graduação, somente nos últimos decênios o processo se caracteriza como um conjunto amplo de ações e reações como o fim de imprimir um caráter internacional às funções acadêmicas em seu sentido amplo.

Já no início do século XX as universidades estavam envolvidas em programas internacionais de desenvolvimento que posteriormente evoluíram para projetos de pesquisa conjunta e de fortalecimento institucional. Estes representavam uma conjugação de interesses, sempre implícita nas relações internacionais: do lado nacional, a necessidade de criar as bases e fortalecer uma instituição formadora das elites que vão impulsionar o desenvolvimento do país e de outro, uma “política sistemática... visando a cooperação em

* este trabalho sintetiza a pesquisa realizada para o projeto *Internationalization of Higher Education in Latin America*, financiado pela Divisão de Educação Superior e Ciência e Tecnologia do Banco Mundial e pelo Programa de Gestão Institucional da Educação Superior (IMHE) da OCDE, no ano de 2003.

um formato que lhes permitisse estabelecer e consolidar sua influência política e cultural sobre as elites dos países receptores” (Lessa, 2000, 105).

Este modelo tradicional de cooperação, muitas vezes não simétrico, sem margens para qualquer possibilidade de colaboração institucional madura, apresenta-se como um dos primeiros instrumentos formais de internacionalização e permanecerá entre os anos 30 e grande parte da década de 60 quando os experts resultantes deste processo irão desempenhar um papel fundamental na formação do pensamento e no desenvolvimento científico no Brasil, principalmente nas áreas das ciências humanas e sociais.

Ainda nesta fase, especificamente no período posterior ao final da 2ª guerra mundial, começa o processo de oficialização dos acordos com os países estrangeiros, os quais, somente nos anos 60 evoluíram em direção aos acordos de Cooperação Científica e Tecnológica de caráter bilateral¹.

1-A dimensão internacional da Educação Superior no Brasil.

O processo de internacionalização ganha dimensões mais significativas quando, como um conjunto de ações complementares e paralelas, crescem as ofertas de programas conjuntos oferecidos pelas agências internacionais com atuação no país (desde bolsas para a formação em pós-graduação no exterior até o apoio aos projetos de pesquisa conjuntos) e surgem os programas nacionais de apoio às mesmas atividades, com o objetivo de fortalecimento dos cursos de pós-graduação, gerando crescentes possibilidades de intercâmbio de experts e informações. Estas ações mostram que o governo e as universidades buscaram integrar-se como protagonistas, definindo os interesses estratégicos do país nos acordos de cooperação e criando estruturas de gestão e negociação interna, em ambos os níveis, para estas atividades.

Nos últimos decênios, quando o processo de globalização e a massificação do acesso a informação já não nos permitem conviver com fragmentos significativos do mundo acadêmico nacional afastada do contexto global no qual as necessidades a serem atendidas pelos profissionais são produzidas, analisadas e solucionadas, o processo passou a ter vida própria e a impor-se em todo o meio acadêmico nacional que começou a reagir e a criar seus mecanismos de adequação. Assim, programas de ensino de língua estrangeira, de cursos em outros idiomas, pesquisas conjuntas, criação de programas de mobilidade de estudantes, professores e pesquisadores, programas de duplo diploma, ampla utilização da telemática para conferências e programas de educação a distância, passam a ser modalidades de oferta presentes na maioria dos *campi*, seja de instituições públicas ou

¹ França no 16/01/1967 e vigorando a partir de 10/10/1968; República Federal da Alemanha em 30/11/1963 e em vigor a partir de 25/05/1964; Dinamarca, 1966; Japão 1971; Países Baixos, Portugal, 1976 e Suíça 1969. (Lessa, 2000, 107).



IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



privadas. Ainda que com um crescimento visível, este processo se caracteriza por muitas variáveis, que serão analisadas adiante, que vão desde uma política concertada entre instituições e governo visando o desenvolvimento do país até a busca de prestígio puro e simples por parte de instituições interessadas em agregar valor a seu nome e a sua posição no contexto nacional e internacional. Mesmo compreendidas como ações legítimas em um processo de internacionalização, algumas têm resultado em equívocos na escolha de parceiros e modalidades de ação conjunta.

Considerando-se que nos últimos anos as associações com instituições internacionais tenham tido uma ampliação desordenada, com baixos critérios de qualidade, muitas vezes resultantes do seguimento de uma tendência de mercado mais que a um plano estratégico institucional, a verdade é que é cada vez mais difícil para os sistemas acadêmicos ou universidades caminharem com independência em um cenário definido por Altbach (2001,1), como crescentemente competitivo e mutante, dominado pelas universidades de nível internacional situadas nos países de língua inglesa do Norte (EUA, Reino Unido, Canadá), Austrália e os grandes países da União européia (principalmente Alemanha e França), seguidos da Itália e Espanha. O Brasil não está fora deste contexto e neste sentido, se observa como relevante à parceria das instituições espanholas como campeãs das ofertas de programas internacionais, fora daqueles apoiados pelas agências oficiais e como parceiras em redes e programas de mobilidade com as universidades brasileiras. As principais motivações para esta relação poderão ser encontradas na proximidade lingüística e cultural e em uma política agressiva das instituições do país ibérico junto às instituições públicas e privadas no Brasil, impulsionadas pelas decisões das últimas cúpulas dos chefes de estado ibero-americanos.

Em termos políticos, não fora o fato do GATS – um acordo firmado no ano de 1994, porém somente discutido no meio acadêmico nos últimos anos, trazer à discussão o perigo implícito da inclusão da educação superior como uma mercadoria a ser regulamentada pela OMC, o tema de sua internacionalização seguiria fora dos grandes debates nacionais. Como em todo o mundo acadêmico ocidental, o país despertou nos últimos anos para as ameaças representadas pelo crescimento desordenado do setor privado que pode representar um canal aberto para as fusões com os novos provedores nacionais e internacionais de ensino superior, sobre os quais trataremos posteriormente. A discussão está centrada no fato de que a Educação Superior deve manter sua pertinência com relação aos estados nacionais democráticos, portadores dos interesses de longo prazo de suas sociedades e ser, portanto regulamentada por organismos nacionais, sem interferência daqueles internacionais.

Alinhados com as proposições da Conferencia Mundial de Educação Superior realizada pela UNESCO em 1998, o governo e as Instituições Públicas brasileiras reafirmam sua posição sobre a definição da educação como um bem público e de conhecimento como patrimônio social.

Do lado das instituições privadas o tema ganha grande interesse já que, segundo os especialistas, a abertura dos serviços educacionais afetará em um primeiro momento aos seus cursos de pós-graduação *latu sensu*, principalmente daquelas consideradas de primeiro nível no país, que contam com 400 mil dos 3,2 milhões de alunos de ensino superior e são

procuradas por pessoas que valorizam marcas fortes internacionais e que podem migrar para estes novos cursos. (Folha On line-Sinapse-Escola tipo exportação, São Paulo, Brasil, 29/04/03, 2).

2-O Governo Federal, ator principal no processo de internacionalização.

Com a concepção de que o crescimento econômico sustentável e a qualidade de vida de uma nação devem estar baseados no desenvolvimento de suas capacidades científicas e na criação de uma massa crítica de pesquisadores que atuem dentro de um marco de cooperação regional e internacional que contribuam a fortalecer as relações de mutuo aprendizado e maior horizontabilidade, o MEC-Ministério da Educação, o MRE - Ministério das Relações Exteriores e o MCT - Ministério da Ciência e da Tecnologia – vêm atuando como importantes agentes do processo de internacionalização da Educação, da Ciência e da Tecnologia no Brasil. Isto resulta no incremento da internacionalização do meio acadêmico já que, numérica e quantitativamente, os usuários finais de suas políticas são as universidades, principalmente as públicas, onde grande parte da produção científica relevante no Brasil é realizada.

Nos anos 70, com os investimentos do governo Federal no desenvolvimento científico das universidades públicas, se ampliam os programas de pós-graduação, que desempenham um papel definitivo na consolidação do Sistema de Ensino Superior no Brasil. Com seu desenvolvimento iniciaram-se as tratativas para a reversão do papel da cooperação acadêmica internacional, seu principal instrumento de internacionalização, direcionando-a para os interesses do desenvolvimento nacional. Em uma ação concertada entre o MEC, O MRE e o MCT como principais atores, o processo de internacionalização da Educação Superior no Brasil, que se inicia de maneira induzida nas Universidades públicas e nos Institutos de formação e pesquisa de outros ministérios como o da Agricultura (Empresa Brasileira de Pesquisa Agro-Pecuária, EMBRAPA), Exército (Instituto Militar do Exército, IMPE), da Aeronáutica (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, INPE), da Ciência e Tecnologia (Instituto Goeldi), para citar alguns, se expandiu como uma tendência por todo o Sistema desde os finais dos anos 90, quando surgem as políticas efetivas para a área.

Como suas motivações econômicas, políticas, acadêmicas e sócio-culturais podemos identificar: o suporte ao desenvolvimento econômico e tecnológico do país, o fortalecimento de sua posição geopolítica, principalmente na América Latina e África, a obtenção de padrões internacionais para os programas de Pós-graduação, geradores de uma dimensão internacional / intercultural para a pesquisa e o ensino e a adequação dos pós-graduados a um mundo intercultural. Frente a um processo sobre o qual principalmente os países periféricos não têm controle, a adaptação e busca de criação de modelos de inserção no mundo global com qualidade e competitividade, mas sem deixar de ter em conta suas características culturais e socioeconômicas, tem sido estratégia adotada pelo governo.

2-1-As Agencias Governamentais

Até a metade da década de 70, a cooperação internacional desempenhou um papel fundamental para o desenvolvimento dos programas de pós-graduação brasileiros, tanto na

formação dos Recursos Humanos como no intercâmbio de informações. Já a partir dos anos 80, a própria evolução das Instituições criou as condições para que aquelas atividades deixassem de ser implementadas sob uma perspectiva mais receptora e passiva, evoluindo até um novo modelo baseado em uma experiência mais igualitária desenvolvida por grupos interinstitucionais. Esta nova tendência vem sendo observada nos programas e acordos firmados pelas principais Agências Estatais de Fomento, como a CAPES, vinculada ao MEC, o CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, vinculado ao MCT e a ABC – Agência Brasileira de Cooperação, do MRE, sendo esta última a responsável pela Cooperação Técnica bilateral e multilateral em todas as áreas de conhecimento.

Através do apoio aos projetos inseridos dentro de um programa e a uma demanda mais induzida, sempre em harmonia com as grandes prioridades nacionais, estas agências buscam promover a integração dos grupos de pesquisa e a paridade científica entre os cooperadores brasileiros e internacionais. Na área da pesquisa, por exemplo, a mudança de enfoque mencionado foi essencial para que as instituições passassem a colher os frutos mais duradouros das relações acadêmicas internacionais. Isto porque, nos primeiros anos, quase todo o intercâmbio na área de pós-graduação tinha como base à concessão de bolsas para pesquisa que tinham seus projetos individuais aprovados.

Com a nova prioridade dada à cooperação centrada em temas de pesquisa, cresceu o retorno institucional, já que os projetos vinculam grupos qualificados aos temas de interesse comum, contribuindo a formação de pesquisadores e a qualificação dos docentes, sobre tudo os doutores que já tem vínculos estabelecidos com uma instituição.

Desta maneira, se garante o máximo aproveitamento dos recursos humanos, aperfeiçoados pelo contato internacional, possibilitando que o mesmo seja mais estável, uma vez que é articulado institucionalmente.

A partir do ano de 1992, respondendo aos desejos da comunidade científica brasileira e depois de uma avaliação dos resultados alcançados, que marcam sua produção científica como ênfase de consolidação em algumas áreas e com nível internacional em outras, as agências de fomento nacionais iniciaram a renegociação de todos seus Acordos Internacionais, os vinculando a projetos de pesquisa conjunta. A idéia central foi o fortalecimento dos grupos de pesquisa e uma racionalização da inversão de recursos.

Por outro lado, voltando ao sentido amplo do processo de internacionalização do meio acadêmico, os acordos bilaterais e multilaterais, os programas internacionais e os convênios institucionais vêm permitindo o desenvolvimento de uma ampla gama de modalidades de inserção internacional para as Universidades brasileiras, que vão desde a formação dos recursos humanos no exterior ao intercâmbio de pesquisa, publicações conjuntas, etc.

2-2-Acordos de Cooperação Cultural Bilateral

O crescimento do número de estudantes estrangeiros criou a necessidade de firmar os chamados Acordos de Cooperação Cultural Bilateral, aos quais já nos referimos (e que nesta época também incluem o aspecto educacional), pelos quais os estudantes de países signatários estavam isentos de algumas das exigências requeridas pelos brasileiros, com o

fim de facilitar-lhes o ingresso nas universidades (lhes foram oferecidas à isenção do Exame de Ingresso e do pagamento das tarifas e taxas acadêmicas). Daí surge a expressão Estudante-Convênio, ou seja, selecionado por via Diplomática, fazendo com que esta prática passasse a constituir-se em um Programa específico do Governo chamado Programa Estudante-Convênio – PEC-G, que se inicia, a nível de Graduação, nos anos 60. O programa se estendeu aos países do Caribe, da África e Ásia e atualmente é reconhecido como um dos mais êxitosos instrumentos para a internacionalização do meio acadêmico no Brasil. Trata-se de um programa conjunto do MRE e do MEC para implementar Acordos Culturais e Científicos com os países em desenvolvimento. Seu objetivo não é somente de reciprocidade, mas também o intercâmbio educacional e a cooperação científica, assim como a abertura dos cursos brasileiros para o exterior, com prioridade para as áreas de Ciências Agrárias, Engenharia e Saúde. Dados do MEC mostram que, somente desde o ano de 1980 até 2000, passaram pelo PEC-G uns 5.000 estudantes, principalmente latino-americanos e africanos, divididos entre 72 Universidades. Em meados de 2002 o MEC estimou em 2.700 o número de estudantes matriculados neste programa, dos quais 143 com bolsas do governo brasileiro.

O êxito de sua primeira versão fez com que, em 1981, fosse criado o PEC-G, ou seja, em nível de pós-graduação. Dados da CAPES do ano de 99 apontam a existência de quase 500 estudantes estrangeiros no programa, distribuídos por 40 IES no Brasil. Com um papel relevante na formação das elites dos países africanos e latino-americanos, principalmente em seus primeiros 30 anos, os ministérios envolvidos no programa, infelizmente, não têm os dados quantitativos que comprovem esta constatação empírica, porém comprovada pelos dados concretos da realidade nos países envolvidos. Por outro lado, além de seguir sendo o mais efetivo promotor da diversidade cultural e um dos agentes da diversidade étnica no meio acadêmico, atuando, por tanto, como um destacado promotor da internacionalização em um modelo doméstico – *at home* -, onde os agentes vem do exterior e propiciam a mudança no conjunto que sofre a interação, um expressivo resultado destes programas foi a criação do Programa CELPE-Bras, que é o certificado de conhecimento da língua portuguesa para estrangeiros, desenvolvido pelo MEC e aplicado no Brasil por 15 Universidades Federais e em outros países com o apoio do MRE desde o ano de 1998. Com o único certificado brasileiro para a área reconhecido internacionalmente, é utilizado pelas empresas e instituições de ensino do país como comprovação de conhecimento da língua e é exigido pelas Universidades para o ingresso de estrangeiros.

Por outro lado e com base nas mudanças no direcionamento dos acordos internacionais já explicitados, temos que, atualmente, França é o país com o qual o Brasil mantém um maior número de projetos bilaterais, seguida pela Alemanha, Portugal, Inglaterra, Argentina e Cuba, como o explicitado no quadro 2.

Quadro 2.

Projetos Conjuntos dentro dos Programas da CAPES (2000)

			Número de
--	--	--	------------------

Programa	Missões de Estudo	Missões de trabalho	Projetos Conjuntos de Curso
CAPES/COFECUB (França)	183	207	112
PROBAL (Alemanha)	68	82	57
CAPES / DFG (Alemanha)	0	04	03
CEFET/Fachhochschulen (Alemanha)	22	25	20
CAPES/ICTTI (Portugal)	07	88	43
CAPES/ British Council (Inglaterra)	04	68	34
CAPES /MES(Cuba)	06	04	03
CAPES / SETCIP (Argentina)	50	43	26
CAPES / ANTORCHAS (Argentina)	01	03	02
TOTAL	341	524	300

Fonte: www.capes.gov.br

Mesmo com todos os problemas financeiros vividos por estas agências, o avanço na Ciência e Tecnologia no Brasil somente existiu graças à construção da aliança estratégica entre o governo e a comunidade científica. Seu papel fundamental no processo de internacionalização dos grupos de pesquisa não se pode mensurar somente por números dos incontáveis desdobramentos em projetos conjuntos, redes, etc., gerados por seu suporte inicial aos programas de pós-graduação e aos pesquisadores.

Levando em conta que, no Brasil, a mais significativa pesquisa científica e formação de pós-graduados estão localizadas nas universidades públicas, formadoras de pessoal para as demais instituições dos sistemas de ensino superior, o suporte ao processo de internacionalização do meio acadêmico no país sempre esteve em mãos das agências do governo, hoje seguidas pelas Fundações de apoio a Ciência e Tecnologia dos distintos estados da Federação.

3-A mobilidade Acadêmica no âmbito Ibero-americano

Fruto da já citada inter-relação ministerial, as relações acadêmicas Ibero-Americanas, nem sempre presentes nos números oficiais, vem tomando impulso em algumas áreas específicas nos últimos anos, resultando nos programas acadêmicos bilaterais, multilaterais ou redes, bem como relações esporádicas e espontâneas entre grupos e instituições.

Mesmo sem a existência de dados estatísticos que possam dar uma dimensão exata das atividades espontâneas, caracterizadas por visitas, cursos, seminários, congressos, estágios e publicações conjuntas nem dos acordos institucionais bilaterais, se pode concluir que as mesmas vêm se intensificando nos últimos anos, como resultado esperado dos novos programas impulsionados pelas Cúpulas Ibero-americanas, pela UNESCO e pelos programas da Comunidade Européia, como as redes ALFA.

Agentes e objeto do processo de internacionalização, estes programas são fortes agentes da integração sul / sul e tem contribuído para a ampliação das relações acadêmicas tradicionalmente tímidas na região. Sem embargo, se reconhece que sempre há muito que fazer para aproximar os universitários e os grupos de pesquisadores na região e, neste sentido, como resultado da Conferência de Ministros da Educação, realizado em novembro de 2000, em Paris, está se desenvolvendo um novo instrumento para a integração com a criação do Espaço União Européia, América Latina e Caribe de Ensino Superior – UEALC -, que se propõe a ser um agente para o fortalecimento das relações bilaterais e multilaterais entre os estados desta mesma região².

4- Outros Atores Nacionais.

4-1- O Fórum das Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais (FAUBAI).

Ao lado da ação fundamental das associações de reitores, representadas pelo CRUB, ANDIFES, ABRUEM, ANUP e ABRUC, vale destacar, porque pouco divulgado em publicações acadêmicas, o papel do Fórum das Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais.

A nível institucional, a grande mudança qualitativa na gestão e na intensificação das atividades indutoras da internacionalização da educação superior, deu-se com a criação do FAUBAI, no ano de 1988. Nestes 16 anos de existência, o FAUBAI vem buscando dar visibilidade às questões e atividades relativas ao tema para o conjunto de IES brasileiras, já que até o momento de sua criação estas não existiam ou se manifestavam pela existência de alguns acordos internacionais em umas poucas.

No caso específico das estruturas internacionais para a gestão das atividades visando a internacionalização, o FAUBAI realizou um estudo no começo dos anos 90 onde identificou que esta era uma “estrutura existente, em tese, em 82% das Instituições, em que pese fato que, em apenas 60% delas existisse como um setor específico, sendo que seu responsável, em pelo menos 64% dos casos, acumulava suas atividades com outras tarefas da instituição. Ou seja, não era um setor estruturado para oferecer ou administrar políticas institucionais, mas sim, na maioria dos casos, executar atividades de apoio”. (Schlindwein,1990,48).

² Projeto de Plano de Ação 2002 – 2004 para a construção de um espaço comum de ensino superior União Européia – América Latina – Caribe, versão de 22 de julho de 2002.



IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



O Fórum teve como tarefa o estímulo e o assessoramento à introdução de um órgão com esta função naquelas IES onde os mesmos não existiam e a promoção da capacitação dos gestores da área através de seminários, workshops e reuniões anuais.

Paralelamente, começou a mostrar o conjunto destas Instituições, com toda sua diversidade e potencialidade, às agências nacionais e internacionais de fomento com ação no Brasil, às Embaixadas, Consulados e Organizações Internacionais, através da difusão do Diretório dos responsáveis pela área nas IES, desde as mais ativas até aquelas sem nenhuma tradição na área, fato que trouxe a grande maioria o acesso a um volume significativo de informações sobre o tema.

Atualmente o FAUBAI conta com 119 instituições membros das quase 88% já tem em seu organograma um Escritório de Relações Internacionais em funcionamento, cujas denominações podem ser Assessorias ou Secretarias de Relações Internacionais; Diretorias de Relações Externas ou de Relações Internacionais; Escritórios de Cooperação Internacional; Departamento de Intercambio e Relações Internacionais, ou outras similares. Se por um lado, o crescimento numérico dos organismos gestores das relações acadêmicas internacionais representa um avanço, não é visível no conjunto das Universidades brasileiras um política institucional de qualificação de quadros para a gestão da área. Por tratar-se de funções políticas, ou seja, definidas dentro do quadro dos membros que direta ou indiretamente darão o suporte a gestão do reitor eleito a cada quatro anos, não há tempo para a formação de pessoal que conheça suficientemente os mecanismos da área que a cada dia se apresenta como mais complexa e que requer mais que habilidade técnica, conhecimentos profundos de seus mecanismos, potencialidades e implicações.

Desta maneira, a descontinuidade nos trabalhos, resultantes da mudança dos gestores das Assessorias, da inexistência de pessoal fixo de apoio às atividades, acrescido pela ausência de políticas duradouras de caráter institucional se reflete, em muitos casos, na qualidade dos resultados.

O que se observa é que, diferentemente do que se discute nos fóruns internacionais e nacionais, as universidades brasileiras, ainda, não se deram conta do caráter estratégico da área. Sua gestão institucional quase sempre está em mãos de um professor, pesquisador ou funcionário com formação acadêmica, que conheça uma ou mais línguas estrangeiras, tenha alguma experiência a nível acadêmico internacional, porém, sem nenhuma formação ou entendimento específico na área. Com um suporte administrativo mínimo – a média são duas ou três pessoas por Assessoria -, delas se espera que em quatro anos se informem sobre os mecanismos de interação com os organismos nacionais e internacionais, conheçam e implementem políticas de internacionalização, as quais, em sua grande maioria, não estão claras nas missões e nas políticas das Universidades, não são discutidas porque são pouco conhecidas no meio acadêmico e, portanto, não têm um delineamento claro a nível institucional.

Mesmo tendo em conta os esforços do FAUBAI em atualizar e ampliar o leque de informações, programas e contatos, estimulando a interação com homólogos nacionais e internacionais de programas e projetos, os resultados visíveis são, ainda pequenos. O que se observa é uma predominância de adesões aos programas propostos pelas agências



IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



internacionais ou nacionais e o suporte técnico às ações de caráter individual já que poucas são as instituições com programas próprios e orçamentos específicos para o fortalecimento destas atividades. Isto se reflete nos baixos resultados institucionais, em detrimento de relações duradouras que possam contribuir para mudança na ampla qualidade da instituição, impulsionada pela internacionalização do conjunto das atividades por ela desenvolvidas, ou sejam, o ensino, a pesquisa e a extensão.

É necessário que os atores envolvidos na gestão universitária tenham uma compreensão estratégica de que a internacionalização é um processo e não um conjunto de ações com resultados imediatos. Isto pressupõe a existência de políticas institucionais claras, pró-ativas frente a seus interesses específicos e não puramente reativas aos programas propostos pelas agências internacionais, o que implica em decisão política e em investimento de recursos financeiros e humanos.

Até que mudem os conceitos internamente, com a adoção de políticas institucionais claras e uma visão de longo prazo que impliquem no estabelecimento de estruturas permanentes e capacitadas para a gestão da área, similares as existentes para as Pró-reitorias ou Decanatos, as possibilidades de avanço são pequenas.

4-2- As atividades dos organismos internacionais.

Importantes agentes na construção do processo em análise merecem destaque: a OUI (Organização Universitária Interamericana), que atua no meio acadêmico através de seus programas IGLU (Instituto de Gestão e Liderança Universitário) e COLAM (Colégio das Américas). Pelo primeiro, onde além de um programa teórico, os participantes têm a oportunidade de realizar uma estadia curta ou visita a instituições estrangeiras, principalmente nos Estados Unidos e Canadá, passaram, desde o ano de 1984, 345 altos dirigentes de 96 instituições brasileiras (www.oui-iahe.cq.ca/2003). Já o segundo, criado no ano de 1997, tem como objetivos desenvolver a cooperação universitária através de redes de formação ou pesquisa, desenvolver e melhorar programas universitários sobre temas de interesse hemisférico, promover a pesquisa sobre a integração continental, favorecer a compreensão intercultural e contribuir ao fortalecimento da democracia, promover a internacionalidade, a interdisciplinaridade e a utilização intensiva das novas tecnologias da informação e da comunicação. Sob suas duas modalidades, os Seminários Inter-América (SIA) e as Redes Inter-América de Formação (RIF), os alunos, professores e pesquisadores das Universidades membros trabalham em redes. Nos SIA, os representantes de diversos países e áreas se reúnem para tratar de temas relativos a integração continental e das problemáticas regionais ou setoriais, nas RIF, da criação de programas interdisciplinares sobre temas de interesse continental. Até o começo do ano 2003, 709 estudantes participam de 17 SIA e 62 universidades membros da OUI foram envolvidas no desenvolvimento das RIF, as quais tiveram a participação de 1.247 estudantes;

A AECI (Agencia Espanhola de Cooperação Internacional) que atua no Brasil principalmente através do *Programa Geral de Bolsas*, com o objetivo de contribuir com a formação de recursos humanos através do financiamento de participantes em cursos de Especialização, Mestrado e Doutorado e também para a realização de teses doutorais e



IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



estádias para pesquisa ou especialização; do *PCI* (Programa de Cooperação Interuniversitária); dos *Programas de Ajudas do Ministério da Educação e da Cultura para a Cooperação Educativa e para a Pesquisa com a Ibero-América e do Programa de Bolsas MUTIS*, da Cúpula Ibero-americana dos Chefes de Estado, também para o suporte das mobilidades de pesquisadores no âmbito ibero-americano.

Destes, deve-se destacar o *PCI*, que alcançou uma grande visibilidade entre os anos 95 e 2002, mobilizando estudantes de graduação, recém graduados e professores entre a Espanha e os países Ibero-americanos. Seu ápice no Brasil se deu nos anos 96/97, propiciando um crescimento significativo no fluxo de mobilidade, principalmente de estudantes de graduação, entre a Espanha e o Brasil;

A OEI (Organização dos Estados Ibero-americanos), principalmente com seus programas PIMA (Programa de Intercâmbio e Mobilidade Acadêmica) e ESCALA. Este último restrito aos membros da Associação do Grupo de Montevidéu tem com objetivo fortalecer a cooperação interuniversitária e fomentar o desenvolvimento da dimensão ibero-americana do ensino superior, mediante o desenvolvimento de projetos multilaterais de intercâmbio de estudantes de graduação na região. Postos em andamento em caráter experimental no começo do ano 2000, os programas, ainda, com pouca visibilidade no Brasil, pelo seu curto período de existência, incluem o reconhecimento de estudos aos alunos, que podem estudar por um ou dois semestres em uma das Universidades membros e, finalmente, os Programas da Comunidade Européia, como as *Redes ALFA*, nas quais o Brasil teve, somente nos primeiros anos de sua segunda fase (2000/2005), 62 projetos aprovados e, mais recentemente, desde o ano 2000, o *Programa ALBAN*, de bolsas para os estudantes de pós-graduação e pesquisadores latino-americanos na Europa. Neste último, o Brasil se destacou com a apresentação de 736 candidaturas elegíveis e a obtenção de 63 bolsas selecionadas, sendo 23 para o Reino Unido, 15 para a Espanha, 10 para Portugal, 9 para França, 3 para a Itália, 2 para a Holanda e 1 para a Alemanha.

(www.programalban.org/2003).

5- Novos Provedores

As transformações geradas pelo processo de globalização, que tem mudado grande parte das atividades humanas, chegaram à educação superior impondo novas posturas. Estariam elas nos levando a um modelo universal de educação superior dirigido à lógica econômica? Estaria diminuída a capacidade dos governos e universidades frente às imposições do mercado para a oferta de ensino, a formulação dos planos de estudo e conteúdos das disciplinas? Desde os anos 90 estas discussões trazem novos desafios aos pensadores da educação e aos formuladores das políticas educacionais, já que apontam para o risco da educação converter-se em produtora do conhecimento e mão-de-obra qualificada como mercadoria para o capital, deixando a margem seus fins de construção de um projeto de sociedade e de nação. Estas preocupações ganham cores mais fortes quando nos damos conta que o processo de globalização do mercado, acrescido pela ampliação de uma demanda não mais atendida pelos antigos modelos acadêmicos, abre espaço para novos provedores da chamada educação terciária, que, no caso do Brasil, surgem principalmente



através das ofertas virtuais ou semipresenciais, das universidades corporativas, das franquias e das corporações transnacionais.

Na literatura especializada, a noção de “novos provedores” faz referência, por um lado, a um setor de empresas e corporações, distintas do setor privado tradicional, que se fez presente na oferta educativa superior e que se descreve como o setor de universidades, e centros de ensino superior de caráter empresarial ou “*for profit*”. Por outro lado, se menciona as organizações, públicas ou privadas, que oferecem educação superior (presencial ou à distância) através de meios eletrônicos, assim como as organizações que oferecem meios de suporte e serviços complementares a esta categoria de provedores. Por várias razões, ainda que principalmente por motivos econômicos, a educação superior “virtual” representa uma oportunidade de investimento atrativa para empresas com fins de lucro, ainda que também..., uma possibilidade de expansão para o setor público através do sistema de telecomunicações e a relativa ausência de controles. (Gómez, 2002,90).

5-2- A oferta da educação superior à distância por universidades estrangeiras.

Ainda que exista um controle rígido estabelecido pelo governo, através do MEC e do CNE (Conselho Nacional de Educação) para a manutenção da qualidade de seu sistema de educação superior, que se reflete nas restrições ao reconhecimento dos títulos e diplomas oferecidos por instituições estrangeiras de maneira presencial ou semipresencial, nos últimos anos houve um grande crescimento na oferta destes programas no Brasil. Entre elas, destacamos, a título de exemplo, aquela da norte-americana “American World University”, que oferece mais de 200 programas de graduação e pós-graduação, em 14 áreas da educação superior, através de um moderno sistema de educação à distância. Instalada nos estados de Iowa e Hawai nos EUA, onde os estudantes brasileiros estão matriculados, seus diplomas, como todos oferecidos sob as mesmas características, têm que ser autenticados no serviço consular da embaixada brasileira nos EUA antes de dar entrada ao processo de revalidação no Brasil, também regulado pela LDB e por Resoluções do CNE.

Já as ofertas semipresenciais tiveram seu ápice no final dos anos 90, com a proliferação de programas de pós-graduação, inclusive Mestrados e Doutorados oferecidos de maneira conjunta com instituições estrangeiras, algumas de grande prestígio na Europa. Oferecidos tanto por Instituições públicas como privadas brasileiras, sua falta de adequação às regras estabelecidas pela legislação nacional gerou uma reação por parte da CAPES que redigiu o informe N. 4/2000 (www.capes.gov.br) com a denuncia nominal de todos os estabelecimentos estrangeiros implicados, conhecida informalmente como “lista negra da CAPES”. Esta atitude, sempre com o fim de manutenção da qualidade da educação superior no país e sua proteção contra a proliferação dos chamados “diplomas mills”, gerou uma situação de quase conflito com as instituições estrangeiras.

Por outro lado, a crescente demanda pela educação continuada, acrescida pela atração por um diploma estrangeiro ou “Internacional”, abriu espaço para uma oferta desenfreada de programas de MBA sob o mesmo modelo, sempre a um custo alto, oferecido por instituições internacionais com presença física, virtual ou semipresencial no país. Mesmo

que agentes do processo de internacionalização, algumas instituições os oferecem com baixos critérios para a escolha dos parceiros e muitas vezes também sem respaldo na legislação nacional. Ainda que considerados cursos de especialização (pós-graduação *latu sensu*) e por tanto não subordinados à avaliação e controle do MEC/CAPES, muitos destes continuam sendo portas abertas para o comércio de programas de baixa qualidade por instituições estrangeiras. Frente a isto, como medida extrema de controle do governo à qualidade destas ofertas, já que o MEC estima que ao redor de 4000 alunos estão matriculados em curso irregulares, a lista de instituições de graduação e pós-graduação autorizadas a oferecer cursos com instituições estrangeiras é publicada na página web do MEC e da CAPES.

5-3- As franquias e as universidades empresariais estrangeiras.

Atuando no nicho aberto pela necessidade de diversificação da oferta e aumento da demanda, dentre as franquias destaca-se o caso da Universidade de Pittsburg. No ranking de melhores MBA executivos apresentados pela Revista *Você S.A* (Ed. 64, dezembro 2003), seu International Executive MBA, iniciado em 2000, ocupa a liderança entre os melhores oferecidos no país. Utilizando-se do mesmo modelo adotado na América do Norte, suas aulas são oferecidas a cada sete semanas e, nos períodos intermediários, os estudantes recebem assistência via internet, vídeo conferências ou telefone, acrescida por um período de três semanas no campus norte americano antes da conclusão do curso.

Entre as universidades empresariais, a ação mais visível é a da “Apollo International Company”, através do “Apollo Group”, proprietário da “University of Phoenix”. Associado ao Grupo Pitágoras, dono da terceira maior cadeia de escolas privadas no país, criou, em 2001, a Faculdade Pitágoras, na cidade de Belo Horizonte, uma das mais populosas do Brasil. Com um modelo de ensino padrão, voltado à preparação para o mercado de trabalho, oferece programas de graduação em Administração e Engenharia Industrial para 1.100 estudantes em Belo Horizonte e 200 mais nas cidades de Curitiba e Ipatinga. (Burton, 2003,2). Dois terços destes são adultos, como uma média de 24 anos, estudam no período noturno e já estão no mercado de trabalho. Em seu projeto de expansão, segundo o mesmo autor, (2003,4) o grupo pretende chegar a 70.000 estudantes nos próximos anos no Brasil.

5-4- A presença do capital internacional nas instituições privadas.

Mas recentemente, grupos norte-americanos, canadenses e europeus, sem nenhuma tradição no setor educacional, porém interessados em investir em fundos lucrativos no estrangeiro estão em negociações com universidades e faculdades no Brasil. No jornal Estado de São Paulo (20 de agosto de 2003), relata que, em operações conhecidas no mercado financeiro como *private equity*, os grupos “Advent International” e “J.P. Morgan Partners” já estavam em negociação para a compra de instituições na quais investiriam recursos e participariam da gestão, para finalmente revende-las por um preço multiplicado. Um negócio regulamentado a partir das novas interpretações da LDB que permitem ao ensino superior obter lucros, o qual atrai inclusive grupos investidores nacionais, como a “Pátria”, que já está captando fundos nacionais e estrangeiros com o mesmo fim.



O crescimento da demanda e da necessidade da diversificação da oferta, acrescida pela diminuição nos investimentos públicos na educação superior e a disputa desenfreada do mercado por parte das instituições privadas, quase todas com problemas financeiros frente à incapacidade de seus estudantes em pagar as mensalidades, abre espaço para este tipo de ação. Por outro lado, a participação o capital estrangeiro na educação superior no Brasil está gerando reações por parte dos acadêmicos e especialista que denunciam sua mercantilização, que contrapõe o lucro imediato ao seu caráter mais duradouro como formadora de cidadãos independentes. Tal argumento se baseia no fato que, diferentemente das empresas, a educação exige investimentos em longo prazo e maior comprometimento com os interesse nacionais. Na direção oposta, já se discute em uma das mais prestigiadas universidades do país, a Universidade de São Paulo, a abertura de filiais em países da América do Sul e China. A proposta seria a oferta de curso de pós-graduação nas modalidades presencial e à distância. (Folha Dirigida, 28/03/03). Diante desta nova realidade, que gera novas questões que se confrontam com os paradigmas já consagrados, desestabilizando o “status quo” no meio acadêmico, somente uma grande discussão, de caráter nacional e sem paixão, poderá conduzir ao estabelecimento de padrões onde existia espaço para uma ampla gama de ofertas sem perdas para a sociedade como um todo e sem danos mais significativos que os já existentes na equidade, pertinência e qualidade na oferta da educação superior. Ao governo, que já têm os instrumentos reguladores em sua legislação e resoluções sejam da CAPES ou do CNE, cabe o controle da expansão da oferta e análises mais profundas de suas implicações. Às associações universitárias e científicas, cabe estudar o tema e analisar suas conseqüências positivas e negativas para a educação e a sociedade.

5-5- As Instituições de Ensino Superior: ação e reação

Beneficiárias e agentes do chamado processo de internacionalização do meio acadêmico e usuárias finais das ações dos programas e projetos dos governos nacionais e estrangeiros, seguem em seu processo interno de adequação e reação à nova realidade, como já mencionamos anteriormente.

Frente a um conflito paradigmático que requer uma revisão das estratégias para a manutenção de seu papel social diante dos novos desafios e tendências, buscam internacionalizar-se por caminhos distintos e com objetivos que respondem a um conjunto de demandas que variam de acordo com suas missões e visões institucionais. Em paralelo às ações do governo e das agências internacionais, tratam de impulsionar ou apoiar as ações espontâneas de seus acadêmicos, como as participações em congressos, visitas e publicações conjuntas; as ações bilaterais, como acordos interuniversitários para a pesquisa, o ensino e a mobilidade acadêmica, bem como as multilaterais como a adesão às redes de pesquisa interuniversitárias. Por outro lado, o aumento dos programas de caráter espontâneo, visando a internacionalização do meio acadêmico e o atendimento de uma demanda de mercado, impulsionados por algumas instituições privadas, tem motivado algumas instituições públicas à oferta de novas modalidades, fora daquelas induzidas pelas políticas governamentais. Pressionadas pela necessidade de geração de fundos, diante dos



IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



baixos investimentos do governo, ampliaram a oferta de programas, com destaque os de MBA, quase sempre associados a uma instituição estrangeira, como já explicitado.

Quanto aos programas de mobilidade acadêmica, a maioria é composta, como já mencionamos, por aqueles promovidos por organizações ou agências estrangeiras ou nacionais. Uma recente pesquisa realizada nas instituições membros do FAUBAI, que representa toda a diversidade existente no sistema, mostrou que um número significativo de IES tem algum programa próprio, quase sempre dentro do marco dos convênios de cooperação acadêmica, sendo que 40% das instituições públicas ou privadas, como algumas PUCs, mantêm programas de duplo diploma com instituições estrangeiras, quase sempre com parte do financiamento pelas instituições envolvidas e 80% oferecem programas de língua estrangeiras a sua comunidade acadêmica.

Em termos gerais, quase toda a mobilidade internacional nas universidades públicas, seja em nível de graduação ou de pós-graduação, ocorre com o suporte de alguns dos programas já mencionados, quase sempre em caráter estritamente acadêmico. Não obstante, as privadas e as comunitárias utilizam-se de um leque muito mais amplo de modalidades, buscando mais que se internacionalizar, atrativos para a captação de estudantes, que vão desde as possibilidades de cursar disciplinas em universidades no exterior até estágios na Disneyworld, realizados sob o modelo Work-Experience. Certamente é discutível o alcance acadêmico de algumas modalidades, porém, do ponto de vista das instituições, trata-se uma maneira de agregar valor frente ao mercado e ao mesmo tempo um mecanismo de internacionalização já que permite a prática de um segundo idioma e a vivência intercultural a seus estudantes. São pontos de vista distintos dentro de um mesmo processo que requer de seus atores mudanças paradigmáticas e reflexões mais complexas, despidas de preconceitos, porém sem a perda do foco principal que é o papel sócio-político da Universidade como ator local, regional, nacional e internacional.

Finalmente, é importante observar que, com as universidades quase sempre reativas aos programas estrangeiros e com uma tendência aos programas para fora, com exceção dos já citados PEC-G, PEC-PEG e dos recém criados acordos com os países africanos e a Universidade Milton Santos, o momento histórico em que vivemos, onde as turbulências políticas e seus efeitos sobre o meio acadêmico mundial alteram drasticamente o fluxo da mobilidade para os destinos tradicionais, abre novas perspectivas para o processo de internacionalização das Instituições de Educação Superior no Brasil. Fora do cenário onde se situam os riscos do terrorismo, com um sistema de ensino superior de qualidade que alcança, mesmo que com algumas discrepâncias na oferta, todas as suas regiões geográficas, pode vir a constituir-se na opção mais efetiva e segura de destino para os estudantes da América Latina, Caribe, África e alguns países europeus e da América do Norte. Mesmo com a suposta barreira da língua, pouco conhecida, já se observa em países como Canadá e EUA uma preferência pelo estudo do “português do Brasil” como língua estrangeira, o que se constitui num avanço a ser melhor aproveitado pelas Universidades e o governo.

5-6- Observações Finais.



IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



Se a internacionalização da Educação Superior é a maneira com que os países responderam ao impacto da globalização, no Brasil este processo se revestiu de características distintas e complementares, como um reflexo da diversidade de seu Sistema de Educação Superior. Nele, com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento nacional, a alta regulamentação presente no sistema público atuou com políticas de facilitação e indução de ações de cooperação acadêmica internacional visando à inserção da pós-graduação e dos centros de pesquisa no cenário acadêmico internacional onde as demandas pelos novos conhecimentos são equacionadas. Tais políticas resultaram numa ampliação da mobilidade seja de pesquisadores, professores ou estudantes, em ambos sentidos, entre instituições brasileiras e estrangeiras, gerando resultados complementares visíveis à internacionalização do meio acadêmico que ampliou seu conhecimento de novas línguas, novos costumes, novas tecnologias, novas práticas acadêmicas, novos padrões de qualidade, em fim, internacionalizou-se. Levando em conta que, no Brasil, a reprodução do sistema se dá com a formação da massa crítica quase sempre nas instituições públicas que alimentam as privadas com os egressos de seu sistema de pós-graduação, tais reflexos aparecem no conjunto das instituições de educação superior.

Por outro lado, assumindo que a internacionalização da Educação Superior é um processo que requer uma compreensão conceitual por parte dos atores envolvidos, mudanças estruturais e operacionais por parte das instituições e paradigmáticas diante dos avanços da chamada educação superior global, transnacional, onde prevalece o enfoque comercial, o cenário acadêmico no Brasil continua pouco internacionalizado. Diante desta realidade, emergem como fatores chave para sua consolidação como um instrumento para o fortalecimento nacional, institucional, individual e profissional dos usuários, uma ampla discussão no meio acadêmico e de governo sobre seus fundamentos teóricos, suas reais motivações e resultados esperados. O por quê e o para quê, seguidos da identificação de seus mecanismos de gestão e regulamentação frente às mudanças da sociedade contemporâneas.

A complexidade dos interesses por trás do que sempre esteve envolvido por uma blindagem chamada “motivação acadêmica” já não permite uma ação ingênua nem o puro seguimento da moda, que têm provocado uma intensificação da busca sem critérios por novos programas, convênios e atividades que geram visibilidade às instituições. Chegou o momento de uma reflexão conjunta e profunda, onde muitas perguntas deverão ser respondidas. —As instituições estão se preparando para uma aliança estratégica com o governo para se apropriarem das vantagens deste processo em vez de puramente reagir frente a suas ameaças? — O sistema de educação superior no Brasil está preparado estrategicamente para enfrentar a abertura neste setor altamente competitivo? Se a circulação de estudantes e cientistas favorecida pela internacionalização pode gerar o fenômeno de “brain drain”, que os números apontam como maiores que os resultantes da esperada circulação de conhecimentos, que se concentra no norte, não haveria necessidade de políticas nacionais mais efetivas de fixação dos cérebros no país? — Poderão sobreviver os programas de avaliação e credenciamento nacionais frente ao novo contexto internacional? — O governo está se preparando, com uma visão mais ampla e de longo



prazo, para os impactos que a ampliação do comércio internacional trará a seu papel de provisão e regulação na Educação Superior? —Como adequar e anteciper os avanços na legislação frente ao surgimento dos já prenunciados tribunais de credenciamento global da qualidade da educação? A resposta a estas questões pode ser a chave para a geração de políticas nacionais e institucionais que darão suporte ao avanço do processo de internacionalização da educação superior com base na manutenção dos valores e interesses nacionais.

Bibliografia

- ALTBACH**, Philip G. Higher Education and the WTO: Globalization Run Amok. www.bc.edu/bc-org/avp/soe/ciche/newsletter/news23/text_001.htm, 2003.
- BEKER**, Victor A. Comercialización de Servicios de Educación Superior (otras Consideraciones). www.ricu.org.ar, 2002
- BROVETTO**, Jorge et ali. A Educação Superior frente a Davos; La Educación Superior frente a Davos. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.
- BURTON**, Bollag. Apollo International Builds on a Local Network to Create Colleges in Brazil. In: The Chronicle of Higher Education. <http://chronicle.com/weekly/v49/i42/42a02401.htm>, june 27, 2003
- CERVO**, Arnaldo Luiz. Ciência e Tecnologia nas relações entre o Brasil e a Itália e o Brasil e Portugal. In: Anuário Brasil-Europa: Relações de Cooperação em Ciência & Tecnologia. Org. Wilhelm Hofmeister e Franklin Trein. Rio de Janeiro: Fundação Kourad Adenauer, 2002.
- de Wit**, Hans de. Internationalization of Higher Education in United States of America and Europe. A Historical Comparative and Conceptual Analysis. Greenwood Studies in Higher Education, Connecticut, Greenwood. 2000
- DIAS**, Marco Antonio Rodrigues. Educação Superior: bem público ou serviço comercial regulamentado pela OMC? In: Universidade. Um lugar fora do poder. Panizzi, Wraná Maria. (Org.) Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.
- FREIRE**, José Donizetti. A Formação de Recursos Humanos de Alto Nível no Exterior e Sua Inserção Profissional no Brasil. Dissertação de Mestrado. UnB, Brasília -DF, 2003
- GÓMEZ**, Roberto Rodríguez. La Educación Superior en el mercado: configuraciones emergentes y nuevos proveedores. In: Las Universidades en América latina: ¿ reformadas o alteradas? Mollis, Marcela (compiladora). 1 era edición, Buenos Aires: CLACSO, 2002
- KNIGHT**, Jane. Comercialización de los Servicios de la educación Superior: Implicaciones del GATS. www.ricu.org.ar. 2000
- _____. GATS, Trade and Higher Education Perspective 2003- Where are we? The Observatory on borderless higher Education, London, 2003
- LAUS**, Sonia. La Internacionalización de las Universidades: realidades y perspectivas. In: Educación Global. Doble Luna Editores. Jalisco, México, 1997.
- _____. El Estado Actual de las Políticas Educativas en el Ámbito del MERCOSUR y las Redes Regionales de Cooperación. In: Educación Global. México: Doble Luna Editores, 1998



IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



- _____. A Gestão da Cooperação Acadêmica Internacional nas Universidades de Língua portuguesa: O Caso Brasileiro. In: Anais do VIII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa. Macau, China, 1998.
- _____. La Formación de Pregrado y Postgrado: Algunas experiencias de Brasil en la Cooperación con Ibero América. In: La Universidad como Espacio para la Cooperación Iberoamericana : Cursos de Estío 2000: “la Universidad, las Universidades: perspectivas”. España, Valladolid: Universidad de Valladolid, 2001
- LESSA**, Antônio Carlos. Ciência e Tecnologia nas relações Brasil-França (1964-2001). In: Anuário Brasil-Europa: Relações de Cooperação em Ciência & Tecnologia. Org. Wilhelm Hofmeister e Franklin Trein. Rio de Janeiro : Fundação Konrad Adenauer, 2002.
- Margrat**, Peter. Globalization and its effect on Higher Education beyond the nation-state. In: Higher Education in Europe, vol.XXV.N.2,Bucharest:UNESCO/CEPES, 2000
- OLIVEN**, Arabela Campos. A História da Educação Superior no Brasil. In: Educação Superior no Brasil. Coord. Maria Susana Arrosa Soares. Brasília : CAPES, 2002
- RATTNER**, Henrique. Globalização – em direção a “um mundo só”? São Paulo : FEA/ USP, 1995.
- SAMPAIO**, Helena. Ensino Superior no Brasil: setor privado.São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2000
- SARAIVA**, José Flávio Sombra. Ciência e Tecnologia nas Relações Externas do Brasil: a Cooperação com a Europa e Anotações sobre o caso do Reino Unido. In: Anuário Brasil-Europa: Relações de Cooperação em Ciência & Tecnologia. Org. Wilhelm Hofmeister e Franklin Trein. Rio de Janeiro : Fundação Konrad Adenauer, 2002.
- SCHLINDWEIN**, Antônio Pedro. Diagnóstico da Cooperação Internacional nas Instituições Brasileiras In: Anais do III Encontro nacional do FAUBAI. Fortaleza, 1990
- SEBASTIÁN**, Jesús. La formación doctoral en América Latina y la colaboración de las universidades españolas en la formación de doctores latinoamericanos. Universidad de Valladolid. 2001.
- SOARES**, Maria Susana Arrosa (Org.). A Educação Superior no Brasil. Brasília. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES, 2002.
- _____. O Sistema de Avaliação do Ensino Superior no Brasil. www.coneau.edu.ar/act-inter/semint-iesalc03/caso-Brasil.PDF, 2003
- TRINDADE**, Hélió; **BLANQUER**, Jean-Michel (orgs.). Os Desafios da Educação na América Latina. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.